

Relatório de Gestão 2021

O Decreto-Lei n.º 19/2021 de 15 de março, refunda o Instituto Nacional de Administração, I.P. (INA, I. P.), doravante designado por INA, extinguindo para o efeito a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, e conferindo alterações ao modelo de ensino e formação na Administração Pública. Este novo organismo, instituto público, integrado na administração indireta do Estado, com personalidade jurídica própria, é dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Nos termos deste decreto, foi nomeada pelo membro do Governo responsável pela área da Administração Pública, a Comissão Instaladora, entretanto confirmada pelo Conselho Estratégico, órgão com competência para o efeito, enquanto Conselho Diretivo do INA, com a responsabilidade de conduzir todo o processo de extinção do anterior organismo e transição para o novo, procedimento que fica formalmente concluído com o ato da entrega da Conta de Gerência de 2021.

Neste desiderato, o atual relato, é referente à prestação de contas do INA enquanto Serviço Integrado da Administração Pública, uma vez que a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (eSPap), responsável pelo tratamento contabilístico da informação financeira e orçamental do INA, alegou constrangimentos quanto à elaboração de uma conta de gerência partida em contexto do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Por este motivo, e apesar do INA se posicionar na sua atuação enquanto instituto público a partir de maio de 2021, data da entrada em funções da Comissão Instaladora, todas as referências, documentos e obrigações de prestação de contas, cumprem os critérios a estava sujeito o INA enquanto Serviço Integrado.

O Conselho Diretivo

Luísa Neto

Sofia Crisóstomo

Miguel Agrochão

NOTA INTRODUTÓRIA

Em 2021, o INA era tutelado pelo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, e viu, fruto das alterações impostas pela nova orgânica, um recentrar naquela que é a sua missão primordial, capacitar os trabalhadores da Administração Pública, enquadrada com uma nova definição da visão e valores, em alinhamento com o Programa do XXII Programa de Governo, Grandes Opções do Plano, a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública, e orientações da tutela.

A atividade do INA em 2021, embora pautada ainda pelos constrangimentos impostos pela pandemia causada pela COVID_19, nomeadamente na ausência da prestação de formação presencial e na imposição do teletrabalho na maior parte do ano, refletiu a intenção e a prossecução dos objetivos atinentes à revitalização da atividade formativa, com impacto positivo no desempenho financeiro da entidade.

Para além do conjunto de iniciativas de promoção da inovação na Administração Pública, em 2021 apostou-se no apoio ao desenvolvimento organizacional do INA, com a realização das oficinas colaborativas, que tiveram a participação de todos os trabalhadores, e que incidiram sobre o mapeamento das condicionantes internas e externas em que o INA opera, com o objetivo de recolher contributos e reflexões para mapear as necessidades e oportunidades de desenvolvimento da organização, e de identificar de possíveis linhas de ação futuras, incluindo medidas de otimização, focadas nos resultados.

Pese embora as restrições impostas pela gestão da pandemia, no que concerne à realização de eventos, tenham pautado o ano de 2021, foram reativadas as redes de cooperação nacionais e internacionais e dinamizados alguns eventos, com participações presenciais ou em modo remoto, recorrendo para o efeito a *webinars*.

A refundação do INA, veio trazer alguns desafios em termos de processos internos, nomeadamente com o processo que envolveu a transição de pessoal, mobiliário, acervo documental, equipamento e orçamento para a Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), revelando-se necessária a atualização do mapa de pessoal do INA, por forma a reafectar o pessoal ao novo organismo.

A nível financeiro, foram feitas diligências no último trimestre do ano, em colaboração com a eSPap, por forma a migrar o registo contabilístico do INA enquanto Serviço Integrado até 31.12.2021, para Serviço e Fundo Autónomo a partir do início do ano seguinte.

Há ainda a referir a adoção de um conjunto de medidas com vista a obtenção de ganhos operacionais, financeiros e de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar dos trabalhadores, das quais se destacam a concentração dos serviços do INA num único edifício, com ganhos ao nível da redução de despesa, mas também em termos de reforço da identidade institucional e a adoção do modelo híbrido de teletrabalho.

ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL

A identidade institucional das organizações é um elemento constante nos documentos de gestão de todas as entidades públicas, afigurando-se neste ciclo de gestão, e considerando a reestruturação ocorrida em 2021, especialmente relevante. A refundação do INA, I.P. – de novo um Instituto Público (IP) - dotado de atribuições de ensino e formação ao nível da Administração Pública, com reformulada missão, orgânica, atribuições, visão e valores.

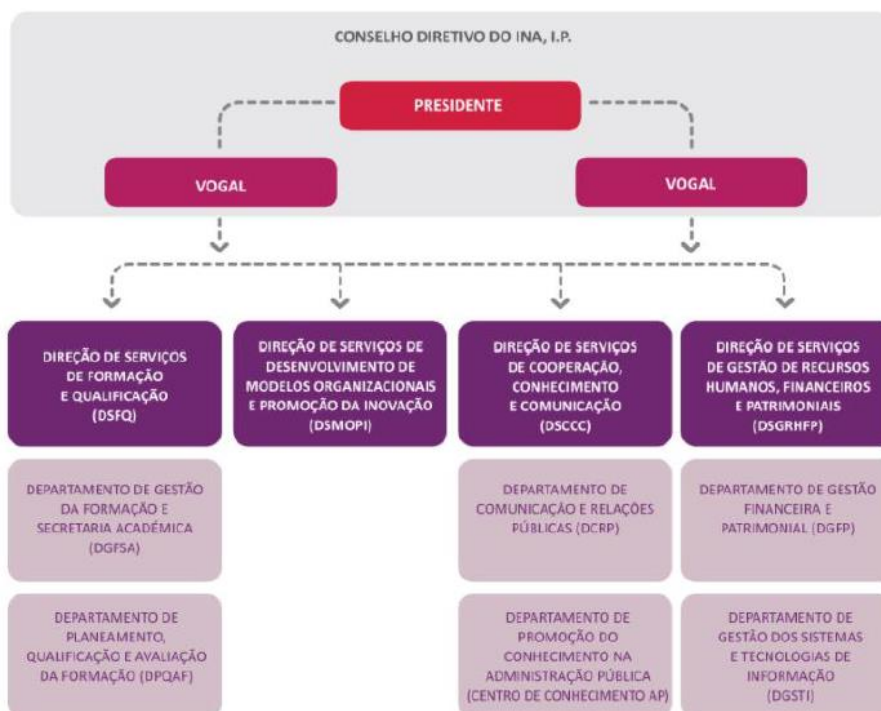
Missão

“O INA, I.P., tem por missão fundamental a criação, transmissão e difusão do conhecimento no domínio da Administração Pública, contribuindo, através da formação, ensino, investigação científica e da assessoria técnica, para a inovação e modernização da Administração Pública e para a qualificação, capacitação e valorização dos recursos humanos da mesma.”

Orgânica

São órgãos do INA, o Conselho Diretivo, o Conselho Estratégico e o Fiscal Único. A organização interna do INA, aprovada pela Portaria n.º 100B/2021, de 11 maio, consagra uma estrutura constituída por quatro unidades orgânicas nucleares (Direções de Serviço), estando prevista a possibilidade de criação de unidades orgânicas flexíveis pelo Conselho Diretivo. Nestes termos, foi definida a orgânica, representada na figura seguinte.

Organograma do INA



Atribuições

Entre outras, são atribuições do INA: garantir a qualificação dos recursos humanos da Administração Pública; organizar cursos de formação e de especialização para desenvolvimento das competências de liderança nos dirigentes e futuros dirigentes da Administração Pública; organizar cursos de formação visando a qualificação profissional inicial e contínua dos quadros técnicos superiores; assegurar o planeamento e a gestão da formação; definir perfis de formação transversais; promover a execução de cursos de especialização; participar em iniciativas de formação e ensino organizadas com outras entidades, nacionais, internacionais ou estrangeiras; promover a investigação científica no âmbito da Administração Pública; promover a melhoria do desempenho dos serviços e órgãos da Administração; assegurar a cooperação internacional, designadamente com instituições congéneres, nos domínios da valorização e capacitação dos recursos humanos da Administração Pública; desenvolver bases de dados relacionadas com a Administração Pública; promover a integração da Biblioteca do INA em redes de bibliotecas e a sua inserção em bases de dados relacionadas com a Administração Pública.

A nossa visão

Mobilizar a Administração Pública para o conhecimento

Mobilizar o conhecimento para a Administração Pública

Os nossos valores

Interesse público | Colaboração | Resposta | Futuro

Na dimensão da identidade institucional, cumpre ainda destacar dois elementos nucleares na linha orientação estratégica e operacional: Com quem trabalhamos? Para quem trabalhamos?

Ao renovado desafio do INA, é intrínseco o espírito de cooperação com todos os atores intervenientes (clientes internos) - as Instituições do Ensino Superior, os organismos da Administração Pública, a tutela, o Conselho Estratégico e os trabalhadores do INA.

Todos, sem exceção, são elementos essenciais para o fim último da nossa missão – a capacitação dos trabalhadores da Administração Pública (clientes externos) enquadrada no eixo macro da modernização administrativa.

Alinhamento Estratégico

A ação do INA, decorrente dos seus estatutos e atribuições, é alinhada com políticas e estratégias públicas, de que se destacam as seguintes:

- A aplicação de medidas previstas no Programa do XXIII Governo Constitucional, destacando-se os desígnios referentes ao investimento na qualidade dos serviços públicos; a valorização e capacitação da Administração Pública; o reforço do compromisso com a ciência e a inovação; e o cumprimento do desígnio estratégico da modernização da formação profissional contínua, ao serviço das pessoas, das empresas e do país;
- A Estratégia 2030, que refere a capacitação dos dirigentes em gestão e liderança, a capacidade de atrair e reter talento, o desenvolvimento de competências para o

futuro nos trabalhadores públicos e o desenvolvimento de uma cultura de inovação, constituem os principais desafios a superar;

- A Estratégia IMEAP para 2023 quanto ao Eixo 1: Investir nas pessoas (1: Desenvolver e renovar as lideranças; 2: Mobilizar e capacitar os trabalhadores; 3: Envolver os trabalhadores na mudança cultural) - cuja prossecução é definida através da concretização de medidas no âmbito das quais é conferido um papel crucial ao INA;
- As Grandes Opções do Plano (GOP), que identificam a capacitação da Administração Pública, nomeadamente no capítulo referente à governação e serviços públicos - conferindo especial destaque ao INA quanto à modernização e capacitação da Administração Pública, à liderança e preparação da sucessão da liderança em contexto público e ao aprofundamento do Programa Qualifica AP;
- O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que dá corpo a alguns dos objetivos das políticas para a Administração Pública, nomeadamente, o Programa de Capacitação Digital, a Formação superior e avançada em gestão, o Plano de Ação específico para o Programa Qualifica AP e; a aquisição de serviços com vista ao desenvolvimento da Plataforma Digital para a Coordenação do Sistema de Formação Profissional da Administração Pública (COFAP).

AVALIAÇÃO GLOBAL

No ano de 2021, ao contrário do que vem sendo habitual, não foram elaborados os instrumentos de gestão, nomeadamente o Plano de Atividades e o QUAR, uma vez que o documento estratégico enquadrante superior, o Plano Estratégico, ainda não se encontrava concluído e aprovado superiormente e, por esse motivo, não será possível fazer a avaliação global do serviço com base nos resultados apurados através de indicadores e metas quantificáveis, face a objetivos iniciais previamente estabelecidos.

Não obstante, foi elaborada uma avaliação qualitativa da atividade, complementada com valores de resultados apurados, para as áreas de atuação do INA, ao nível da formação e capacitação, do desenvolvimento organizacional e inovação, da cooperação e redes internacionais, e dos recursos internos (humanos, financeiros e patrimoniais).

Apreciação dos Serviços prestados

Formação

A formação, reconhecida como a principal área de intervenção do INA pela herança histórica, havia sido em 2020 foi fortemente afetada pela pandemia COVID-19, com uma redução acentuada no número de formações ministradas e consequente quebra de receitas próprias, que acarretou consequências graves para o equilíbrio financeiro da instituição.

Em 2021, o esforço de adaptação à nova realidade formativa, a diversificação da oferta e da flexibilização da resposta às necessidades da Administração Pública, permitiram ao INA revitalizar a sua atividade formativa, com ganhos significativos em termos de receita, face ao registado no ano anterior.

No domínio da formação estratégica, realizou-se a capacitação inicial de caráter obrigatório aquando do ingresso na carreira de técnico superior, CAT Inicial, com um número total de 390 formandos. Adicionalmente, nos programas destinados à formação de dirigentes da Administração Pública, o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) e o Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), registou-se um aumento significativo no número de edições realizadas e consequentemente, no número total de formandos, passando de um total de 56 em 2020, para 135 em 2021.

Da aposta em apresentar novos produtos e soluções para a capacitação dos trabalhadores dos organismos públicos, surge a conceção dos diplomas de especialização em áreas chave, e de alguma tecnicidade, dos quais se destaca o Diploma de Especialização em Contratação Pública, com edições ministradas no segundo semestre do ano.

No cumprimento das medidas de política pública previstas pelo governo, o INA dinamizou, no contexto do pacto para as migrações e em parceria com o Alto Comissariado das Migrações (ACM), um curso de formação gratuita, sobre as temáticas relacionadas com a interculturalidade. No mesmo sentido, mas em parceria com a Estrutura de Missão para a Igualdade de Género (EMIG), no âmbito do pacto de igualdade e não discriminação, foi dinamizada formação sobre as diferenças entre homens e mulheres nas Nações Unidas. Em 2021, foi apresentada uma candidatura ao projeto financiado pelo POISE, no âmbito da Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica, que pretende igualmente constituir uma resposta aos desígnios estratégicos do governo, no contexto da sensibilização da

Administração Pública para esta temática, e que contava no final do ano com 118 ações realizadas.

No último trimestre de 2021, ainda que não formalmente contratualizado com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP), na senda daquela que já vinha sendo a aposta do INA no domínio da formação estratégica em competências digitais, com o dobro de ações realizadas nesta temática face ao ano anterior, foram realizadas 17 ações de formação em competências digitais, com total de cerca de 480 formandos, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Importa referir, que os esforços encetados em 2021 com o objetivo de priorizar e dinamizar a oferta formativa, com um aumento em termos de ações e número de formandos em todas as áreas de formação (estratégica, transversal, à medida e a de resposta a políticas públicas), têm tido impactos visíveis na arrecadação efetiva de receita, que serão analisados posteriormente no capítulo destinado à análise financeira.

Modelos Organizacionais e Inovação

Na área do Desenvolvimento de Modelos Organizacionais e Promoção da Inovação, o ano de 2021 caracterizou-se pela realização de um conjunto de iniciativas de promoção da inovação na Administração Pública, por um lado, e pelo apoio ao desenvolvimento organizacional do INA, por outro.

Assim, quanto ao primeiro domínio referido, destaca-se a dinamização de dois programas principais: o Programa de Liderança em Intercâmbio da União Europeia (EU Leadership Exchange Programme, abreviadamente, EU.LEP), apresentado durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, e o lançamento da terceira edição do Programa de Mentoria em Inovação em Liderança (PMIL).

No segundo semestre de 2021 foi conduzida a primeira fase do projeto piloto do EU.LEP, envolvendo dirigentes em cargos de direção intermédia das Administrações Públicas da Bélgica, França e Portugal e de instituições da Comissão Europeia, num total de 12 participantes, 3 dos quais nacionais. A experiência foi avaliada como positiva, consequente e com efeitos escaláveis, quer pelos participantes, quer pelas entidades de origem e de acolhimento dos participantes. Em sequência, foi elaborado relatório da primeira fase e

estudo de expansão do programa, com propostas a apresentar em sede da reunião informal de Ministros da União Europeia responsáveis pela Administração Pública.

A terceira edição do PMIL, lançada a 1 de julho, contou com a receção de 102 candidaturas no total, com 41 candidatos a mentores e 61 candidatos a mentorados. Durante o segundo semestre do ano foram selecionados os participantes elegíveis, preparados e iniciados os processos de mentoria, com pares mentor/a-mentorado/a. No âmbito desta temática, foi ainda realizado, o primeiro encontro do PMIL, com a participantes das duas edições iniciais.

Para além dos programas estruturantes referidos, foram dinamizadas outras iniciativas, entre as quais: Entrevistas com inovadores; Dia Aberto à Inovação, com a equipa total do POCH - Programa Operacional Capital Humano, ação colaborativa esta integrada num conjunto de ações de investimento do POCH na cultura de inovação, através da capacitação dos seus elementos e da conceção e implementação de projetos experimentais de inovação; Oficinas de Cocriação com profissionais das Administrações Regionais de Saúde (ARS's); para além do primeiro Encontro de Oficinas de Cocriação. Este encontro contou com a coordenação do Programa para a Prevenção da Violência no Ciclo de Vida (PNPVCV), a coordenação do Plano de Ação para a Prevenção da Violência no Setor da Saúde (PAPVSS), a coordenação do Gabinete de Segurança na Saúde, dos pontos focais das cinco Administrações Regionais de Saúde, e ainda, de elementos de equipas de projetos experimentais que estão a implementar soluções inovadoras neste domínio. Foi seguido pelo "1.º Seminário – Violência no Setor da Saúde", no Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, conduzido colaborativamente com as ARS's, com a Direção-Geral da Saúde e com os Programas PNPVCV e PAPVSS, sob o apoio organizativo e logístico do município de Marinha Grande.

A propósito do mês da Inovação, comemorado em julho 2021, destaca-se, entre outros, a realização de três WebINArS sob as temáticas: "Mentoria para os Desafios da Inovação e da Liderança"; "Equipas de Alto Rendimento – Capacitar para o desenvolvimento e os resultados"; e "Cultura de Inovação – Mudar o presente, preparar o futuro". As atividades neste mês, no seu conjunto, contaram com 1226 participantes.

Por último, e no que respeita ao segundo domínio mencionado – apoio ao desenvolvimento organizacional do INA, realizaram-se Oficinas Colaborativas dedicadas ao envolvimento da totalidade dos trabalhadores e dirigentes, num total de sete oficinas, com uma taxa de participação de 65%. A iniciativa, que resultou do trabalho conjunto entre a Direção de

Serviços de Desenvolvimento de Modelos Organizacionais e Promoção da Inovação (DSMOPI) e a Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais (DSRHFP), mapeou as necessidades e oportunidades de desenvolvimento institucionais e identificou linhas de ação futuras, apoiando, assim, a elaboração do Plano Estratégico 2022-2026.

Cooperação e Redes Internacionais

Da atividade da cooperação no ano de 2021, destaca-se a conclusão de um acordo “chapéu” de cooperação com o Instituto Camões, I.P., com o objetivo de facilitar o financiamento direto de ações de formação organizadas pelo INA e dirigidas a países do perímetro PALOP e Timor-Leste e que permitiu, neste ano, a dinamização de duas atividades, com Angola e Timor-Leste.

Promoveu-se a renovação dos protocolos, geral e específico, relacionados com a Aliança para a Promoção da Excelência na Administração Pública (APEX) com várias instituições de ensino superior e escolas de negócio, com o objetivo de promover a qualificação dos trabalhadores da Administração Pública, através do acesso a formação em áreas como Gestão, Finanças, Comunicação, Liderança, Políticas Públicas e Economia.

No contexto das ações das redes de cooperação internacionais, o INA organizou em 2021, a Reunião Informal de Ministros da Administração Pública em Lisboa e dinamizou a reunião semestral da rede DISPA, ambas no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE 2021).

Ainda na conjuntura internacional, verificou-se um reforço dos contactos institucionais bilaterais (com entidades congéneres) ou multilaterais (com redes internacionais) para apresentação do projeto do novo INA e promoveu-se uma iniciativa de nível europeu no âmbito do intercâmbio de dirigentes de Administrações Públicas dos Estados-Membros tendo em vista a valorização das respetivas lideranças através de partilha de boas práticas e casos de sucesso.

Ao nível das representações externas manteve-se a participação do INA em diversas redes internacionais, sendo importante referir que de forma a assegurar essa ligação, foi assumido o pagamento das quotas necessárias para a participação nas atividades das seguintes entidades:

- Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD);
- International Institute of Administrative Sciences (IIAS);
- International Association of Schools and Institutes of Administration (IASIA).

No contexto da alteração do perímetro jurídico do INA, foi proposta a readmissão deste instituto no *European Group for Public Administration (EGPA)*, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022, e que uma vez aceite, implica o pagamento de uma quota para benefício das vantagens associadas.

Recursos Internos

O teletrabalho, inicialmente considerado apenas como uma consequência da pandemia causada pela COVID_19, trouxe algumas vantagens aos trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente na medida em permitiu, na grande maioria dos casos, uma melhor gestão e otimização do tempo. Neste sentido, o INA adotou no ano de 2021, após o fim da obrigatoriedade deste regime por motivos de saúde pública, um modelo híbrido de trabalho, intercalando dias trabalho em modo remoto e presencial, permitindo uma melhor conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, sem descurar a importância das relações entre trabalhadores.

Durante o ano de 2021, não obstante da adoção do regime de teletrabalho, a área da comunicação desenvolveu um conjunto de iniciativas e encontros, em modo virtual e presencial (sempre que possível), com o foco em temáticas que potenciem melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores e consequentemente, reforcem o clima e identidade organizacional. Destacamos a título de exemplo, os encontros “Somos INA” dedicados a questões relacionadas com a saúde mental, a alimentação e o exercício físico.

Como forma de proporcionar melhores condições de acesso ao serviço, foi disponibilizado um serviço de *shuttle* para transporte dos trabalhadores, de modo a facilitar a sua deslocação diária para o INA.

No último trimestre do ano, efetivou-se a concentração dos serviços do INA num único edifício, situado em Algés, local onde passou a estar sediado. Esta medida permitiu não apenas reforço da identidade organizacional, mas contribuiu igualmente para a consolidação orçamental, uma vez que representa uma poupança anual de cerca de 0.3M€, relativos aos

encargos com a onerosidade e com a gestão do edifício. Para além deste imóvel, o INA continua a contar com um espaço nas instalações Edifício Sede do Ministério das Finanças, onde está instalada a Biblioteca e o Centro de Conhecimento.

A nível orçamental, decorrente da extinção da Direção-Geral e da transferência de pessoal e de atribuições para a DGAEP, observou-se uma transferência do orçamento atribuído ao INA para esse serviço, em cerca de 1,5M€, com impacto na disponibilidade orçamental em receitas de impostos.

Decorrente do objetivo de melhoria contínua nos processos internos, é importante referir a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP), que passou de 76 dias em 2020, para 59 dias em 2021. Quanto ao Prazo Médio de Recebimentos (PMR), registou-se uma redução de 6% face ao ano anterior, tendo ficado em 2021 nos 34 dias.

Relativamente aos Sistemas de Tecnologias de Informação, foi adjudicado um projeto que permite um reforço dos Sistemas de Segurança da rede do INA e um *upgrade* da infraestrutura tecnológica, que consiste na melhoria das características técnicas nomeadamente a velocidade de transmissão através da substituição dos equipamentos ativos. Adicionalmente, iniciou-se o procedimento de contratação para a melhoria das condições técnicas dos postos de trabalho, através da evolução do licenciamento das ferramentas de produtividade, com o *Microsoft 365*.

Projetos Financiados

Plano Anual de Formação Conjunta Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica

Este projeto financiado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), foi criado com a finalidade de promover a formação de magistrados/as, profissionais de saúde e forças de segurança, por forma a dotar um maior número de profissionais da primeira linha de conhecimentos que melhorem a sua compreensão sobre as características e dinâmica destes comportamentos e incrementem a qualidade da sua atuação, nomeadamente na receção e atendimento da vítima, recolha de prova, avaliação do risco e na definição e implementação do plano de segurança, competindo ao INA, neste contexto, promover estas ações de formação.

Programa de Recuperação e Resiliência (PRR)

Com contratualização formalizada apenas em 2022, mas com algumas ações decorridas já em 2021, pretende desenvolver medidas que consubstanciam alguns dos objetivos das políticas para a Administração Pública, nomeadamente, o programa de capacitação digital onde se inclui a Infoexclusão zero, AP digital 4.0, assente nos eixos de formação em ferramentas de produtividade, formação destinada a técnicos na carreira de informática e formação em tecnologias emergentes e gestão; a formação superior e avançada em gestão, destinada preferencialmente a dirigentes e que privilegie o acesso do sexo sub-representado a este processo de capacitação de lideranças; o Plano de Ação específico para o Programa Qualifica AP e a aquisição de serviços com vista ao desenvolvimento da Plataforma Digital para a Coordenação do Sistema de Formação Profissional da Administração Pública (COFAP).

Publicidade Obrigatória

No prosseguimento da sua atividade, o INA procede à publicação de atos em Diário da República, da área de recursos humanos e aquando da realização de concursos públicos, ao abrigo das alíneas a) e b) do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). No ano de 2021 foi feito apenas um concurso público ao abrigo do CCP, com dever de publicação sendo, os restantes os atos publicados, referentes a matérias de recursos humanos.

O montante pago em 2021 à Imprensa Nacional - Casa da Moeda foi de 1.166,60€.

Avaliação de Sistemas de Controlo Interno

No âmbito do controlo interno, no ano em análise, foram adotadas medidas de melhoria contínua ao nível dos procedimentos internos, por forma a permitir um maior controlo e rigor nos processos.

Em 2021, manteve-se a utilização do Sistema de Integração de Processos e Conteúdos do INA (SIPOC), que visa a otimização e evolução funcional e tecnológica para uma prática de gestão por processos, e que por força da pandemia se tornou uma ferramenta imprescindível para o bom funcionamento do serviço, uma vez que o teletrabalho obrigou a que todo o fluxo documental fosse efetuado de forma remota.

Em termos operacionais, estão implementadas rotinas de atribuição de perfis de acesso à informação residente nos sistemas e de salvaguarda dessa mesma informação através de *backups* e mecanismos de proteção de rede.

A segurança na troca de informação e *software* foi garantida, sendo a sua instalação e manutenção assegurada por pessoal credenciado, pertencente à Divisão de Gestão de Sistemas e Tecnologias da Informação. O acesso às aplicações está protegido por passwords individualizadas, existindo um sistema antivírus e proteção por *firewall*. Os servidores encontram-se em local protegido e de acesso restrito e com proteção no acesso à informação.

No final do ano de 2021, resultado das medidas previstas nas orientações técnicas emanadas pela EMRP, foram revisitados os documentos relacionados com as normas de controlo interno, com a monitorização de procedimentos, com a identificação de riscos (nomeadamente aqueles relacionados com o Regime Geral de Proteção de Dados) e com as questões relacionadas com a ética e conduta, com o objetivo de conceber, implementar e/ou atualizar no ano de 2022, o Sistema de Controlo Interno.

Audição de Dirigentes Intermédios e Trabalhadores

O INA privilegia o trabalho em equipa, promovendo para o efeito um envolvimento generalizado dos dirigentes e trabalhadores. Fruto das alterações organizacionais e de estrutura, que decorreram da refundação do INA, tornaram-se prática corrente, as reuniões quinzenais de dirigentes com os elementos do Conselho Diretivo, nas quais são discutidos temas inerentes à atividade do serviço. Os dirigentes por sua vez, realizam reuniões periódicas com as suas equipas, agilizando desta forma questões relacionadas com a atividade corrente, com a gestão e execução de projetos e ações a desenvolver, acompanhando as suas fases de planeamento, execução e monitorização.

Programa de Gestão do Património Imobiliário

Durante o ano de 2021 o INA cumpriu o princípio da onerosidade e da equidade intergeracional no âmbito da gestão do património imobiliário público, pagando a contrapartida referida no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que

estabelece o regime jurídico do património imobiliário público, pelo espaço ocupado no edifício da Rua Filipe Folque, cujas instalações deixaram de estar atribuídas ao INA no último trimestre do ano, e na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (Centro de Conhecimento).

Como consequência do abandono das instalações no qual se encontrava sediado o INA e por forma a melhor acomodar todos os trabalhadores no edifício de Algés, garantindo um bom funcionamento da atividade, foi elaborado um plano de gestão das infraestruturas, com uma avaliação das suas atuais condições e um levantamento das necessidades de melhoria e de reparações, e apresentado um plano de investimento com o objetivo de corrigir as deficiências detetadas.

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE RECURSOS

Recursos Humanos

No início do ano, o mapa de pessoal do INA, espelhava a situação da então Direção-Geral. Com sua extinção, foi necessária a aprovação de um novo mapa, correspondente à nova orgânica, que contempla um total de 121 postos de trabalho, dos quais 13 correspondem a pessoal dirigente, com a seguinte distribuição: 1 presidente, 2 vogais, 4 diretores de serviços e 6 chefes de departamento. Os restantes trabalhadores, no total de 116, encontram-se distribuídos pelas carreiras gerais de técnico superior (58), assistente técnico (33), e assistente operacional (5), e pelas carreiras não revistas de investigação (3), de especialista de informática (4) e de técnico de informática (5).

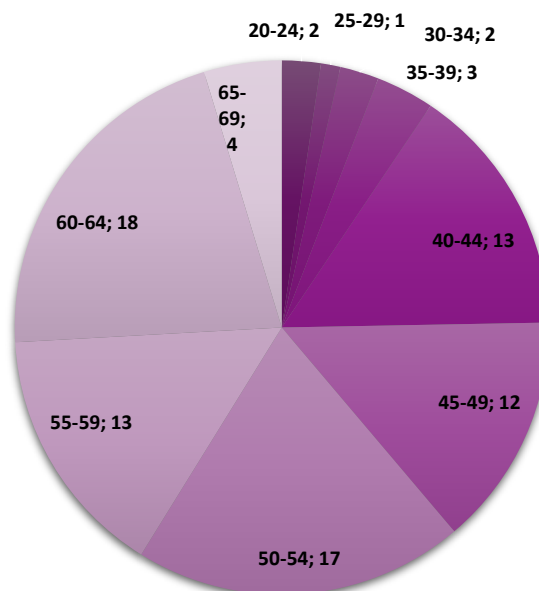
Efetuada a análise da evolução dos trabalhadores do INA, no triénio 2019-2021, verifica-se o decréscimo de 15 trabalhadores, em consequência da não só da transferência de trabalhadores para a DGAEP, fruto da extinção do INA enquanto Direção-Geral, como da mobilidade na categoria e comissão de serviço para outros organismos da Administração Pública.

Evolução de efetivos por género e grupo profissional

Ano	Dirigentes		Investigação		Técnico Superior		Assistente Técnico		Informática		Assistente Operacional		Subtotal		Total Global
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
	2019	4	11	0	0	7	41	1	23	5	4	1	3	17	
2020	4	10	0	0	6	29	1	24	5	4	1	3	17	80	97
2021	3	8	0	1	7	34	1	20	5	3	1	2	17	65	85

Em termos de caracterização etária, o INA, regista, em 2021, um leque etário compreendido entre os 24 e os 66 anos, a que corresponde um nível médio de 51 anos de idade. Face ao universo, verifica-se um índice de envelhecimento de 40%, para o qual contribuem 33 trabalhadores com idade superior a 55 anos. A diferença de idades entre o trabalhador mais novo e o trabalhador mais velho, é de 42 anos.

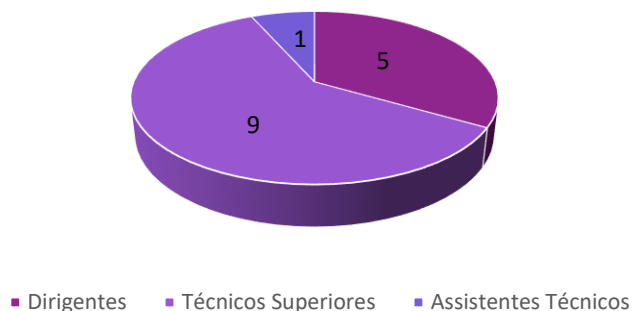
Distribuição por grupos etários



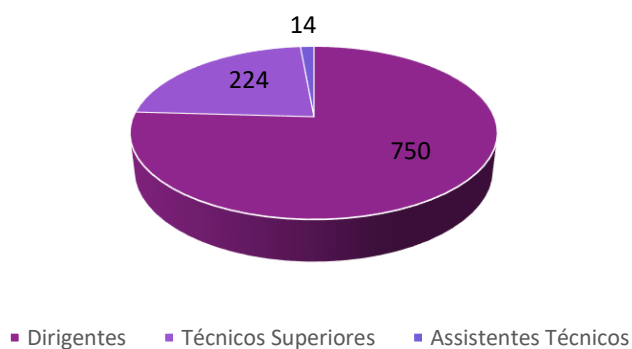
Quanto à formação profissional, no ano de 2021, registou-se um total de 6 participações em ações de formação profissional, a que corresponde um total de 988 horas de formação. As ações de formação realizaram-se no âmbito da oferta formativa do INA.

Considerando o universo de efetivos, assistiu-se a uma taxa de participação em formação profissional por parte de apenas 18% dos trabalhadores do INA, verificando-se um aumento face ao ano anterior, onde a taxa de participação se situou nos 6%.

Número de participações em ações de formação por grupo profissional



Horas dispensadas em ações de formação por grupo profissional



Os grupos profissionais com maior representatividade foram os técnicos superiores e os dirigentes, cujas participações envolveram 5 e 9 trabalhadores respetivamente, com um registo de 224 horas e 750 horas de formação, seguindo-se o grupo profissional de assistentes técnicos, com uma participação correspondente a 14 horas de formação. Face ao ano anterior, em que se registou um total de 276 horas de formação, verificou-se um aumento de 712 horas de formação.

Análise Orçamental e Financeira

A execução orçamental do INA respeitou o quadro normativo vigente, execução que, para além das cativações previstas na Lei do Orçamento de Estado e no Decreto-Lei de Execução Orçamental aplicável em 2021, está igualmente influenciada pelo cumprimento dos limites de Fundos Disponíveis fixados mensalmente no âmbito da Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua versão atualizada, que limita o valor dos compromissos e pagamentos a assumir mensalmente.

A execução orçamental de 2021 foi condicionada especialmente no primeiro semestre do ano pela aplicação de cativações orçamentais nas rubricas das aquisições de bens e serviços, que diminuíram severamente a capacidade orçamental para acomodar despesas que eram essenciais às atividades geradoras de receita. Em consequência, a execução da despesa paga através de receita própria teve uma diminuição de 105.281,83€, comparativamente ao volume de despesa paga verificado no ano de 2020.

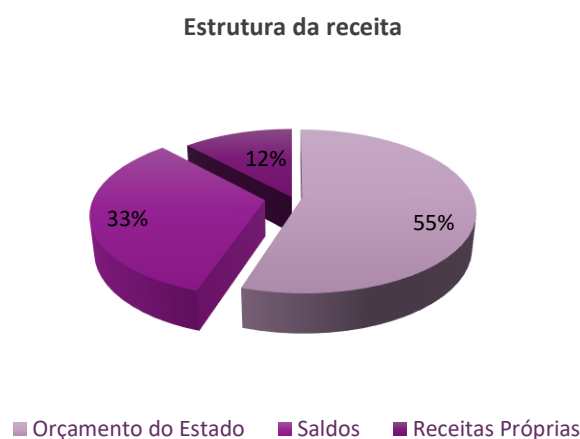
Execução Orçamental da Receita

Analisando de forma mais pormenorizada a execução orçamental da receita em 2021, é possível constatar que a receita total cobrada pelo INA em 2021 ascendeu a 8.591.035,58€ o que representa um decréscimo de 1.699.966,92€ relativamente ao ocorrido em 2020. Refira-se, no entanto, que para esta diminuição contribuiu significativamente a receita proveniente do Orçamento do Estado que teve um decréscimo de 1.593.157,87€, justificado quase na sua totalidade, pela transferência de orçamento de receitas de impostos para a DGAEP. Não obstante, verificou-se ao nível da arrecadação de receita própria, proveniente da atividade da formação, um aumento de 44% face ao ano anterior, registando-se um valor de 1.060.884,28€ em 2021.

Importa analisar a estrutura da Receita do INA, no ano de 2021, pelo que se apresenta o quadro seguinte:

Tipologia de Receita	Valor Executado
Orçamento do Estado	4.703.700,97€
Saldos Transitados	2.826.450,33€
Receitas Próprias	1.060.884,28€
TOTAL	8.591.035,58€

Da análise à estrutura da Receita do INA, em 2021, é de realçar que a percentagem de cerca 55% da receita é proveniente do orçamento do estado.



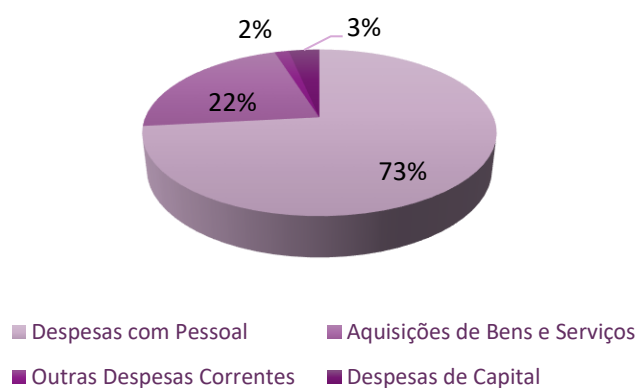
Execução Orçamental da Despesa

Da análise da execução orçamental da despesa em 2021, constata-se que a despesa total realizada pelo INA ascendeu a 5.752.369,07€, o que representa um decréscimo de 1.712.183,10€ face ao período homólogo. Para esta diminuição contribuiu, de forma mais significativa, a redução dos gastos com pessoal, por força da transferência de recursos humanos e financeiros para a DGAEP, que conduziu a um decréscimo de 1.599.889,42€.

Afigura-se igualmente importante apresentar a estrutura da Despesa do INA no ano de 2021, que se encontra retratada na tabela e figura seguintes.

Tipologia de despesa	Valor Executado
Despesas com Pessoal	4.217.661,34€
Aquisições de Bens e Serviços	1.252.423,01€
Outras Despesas Correntes	89.808,33€
Despesas de Capital	192.476,39€
Total	5.752.369,07€

Estrutura da despesa



Considerando a estrutura da Despesa do INA em 2021, acima representada, constata-se que, as despesas com o pessoal representaram 73% do total de despesa, verificando-se, no entanto, uma diminuição em cerca de 11%, da percentagem da despesa executada neste agrupamento, comparativamente ao apurado no ano anterior. Importa igualmente salientar que, face aos constrangimentos colocados, quer pela Lei do Orçamento, quer pelo Decreto-Lei de Execução Orçamental, o peso das despesas com aquisições de bens e serviços correntes na estrutura de despesa do INA aumentou de 14% em 2020, para 22% em 2021.

Análise da Situação Financeira

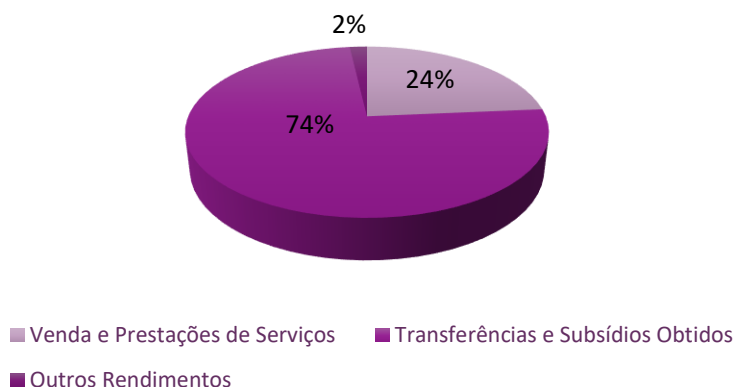
Face à análise anteriormente efetuada, no âmbito da vertente execução orçamental, a verificação dos documentos de suporte à análise financeira do INA, Balanço e Demonstração de Resultados, permite-nos aferir numa ótica financeira e patrimonial, as conclusões que apresentamos nos pontos seguintes.

Rendimentos

A estrutura de Rendimentos do INA, no final da gerência de 2021, foi a seguinte:

Rendimentos e Ganhos	Valor
Venda e Prestações de Serviços	1.489.917,10€
Transferências e Subsídios Obtidos	4.703.700,97€
Outros Rendimentos	115.431,69€
TOTAL	6.309.049,76€

Estrutura dos rendimentos



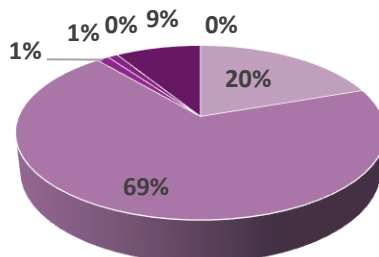
A análise da estrutura de rendimentos permite verificar que os proveitos resultantes da atividade de prestação de serviços do INA representaram, em 2021, 24% do total dos rendimentos obtidos, mais 19 pontos percentuais que o verificado no ano anterior. Em 2021, as vendas e prestações de serviços totalizam o valor de 1.489.917,10€, significativamente acima do registado em 2020, com uma receita de 316.671,51€. A conta de Transferências e Subsídios Obtidos, reflete as transferências de Receitas de Impostos, provindas do Orçamento de Estado.

Gastos

A estrutura de Gastos do INA, no final da gerência de 2021 foi a seguinte:

Gastos e Perdas	Valor
Custo Mercadorias Vendidas e Consumidas	365,12€
Fornecimentos e Serviços Externos	995.116,84€
Gastos com Pessoal	3.492.349,03€
Transferências e Subsídios Concedidos	64.127,20€
Gastos de Depreciação e Amortização	52.880,20€
Gastos de Financiamento	376,38€
Outros Gastos	449.443,83€
TOTAL	5.054.658,60€

Estrutura dos gastos



- Custo Mercadorias Vendidas e Consumidas
- Fornecimentos e Serviços Externos
- Gastos com Pessoal
- Transferências e Subsídios Concedidos
- Gastos de Depreciação e Amortização
- Gastos de Financiamento
- Outros Gastos

Na estrutura de gastos do INA em 2021 continua a evidenciar o peso bastante acentuado dos gastos com pessoal, cerca de 69%, e da classe de fornecimentos e serviços externos, com cerca de 20%. Os gastos da atividade global do INA passaram de 7.511.257,86€ em 2020 para 5.054.658,60€ no ano em análise, que representam em termos percentuais uma diminuição de gastos de 33%.

Resultados

Considerando os montantes de gastos e rendimentos anteriormente referidos, os resultados apurados do exercício de 2021 foram os seguintes:

Resultados	Valor
Resultados Operacionais	-805.745,53€
Gastos de Financiamento	-376,38€
Resultado Líquido do Exercício	-806.121,91€

O Resultado Líquido do Exercício (RLE) consubstancia a atividade desenvolvida pelo INA, uma vez que reflete através da estrutura de rendimentos e gastos do exercício, a sua performance a nível financeiro. No entanto, importa referir que o valor apurado reflete o impacto que teve a constituição de uma provisão apenas em 2021, não obstante do processo estar a decorrer em sede de Tribunal Central Administrativo Norte desde 2009, no valor de 2.060.513,07€, que corresponde ao reconhecimento contabilístico de um encargo em que o INA poderá incorrer, com a liquidação das custas judiciais de um processo relacionado com a atribuição de fundos comunitários, no ano de 2008, a diversas entidades, impugnado por um dos candidatos, e para o qual, embora ainda não se tenha verificado ainda o trânsito em julgado, se prevê uma efetivação do pagamento, por se encontrarem esgotadas todas as opções de recurso.

Excluindo da equação o valor da provisão, o RLE apurado seria de 1.254.391,16€, valor bastante superior ao registado nos últimos anos. Em termos operacionais, este valor reflete o aumento das receitas próprias decorrente da revitalização da oferta formativa, e conseqüentemente, uma diminuição em termos correntes, da dependência da receita proveniente do Orçamento de Estado.

Demonstrações financeiras e orçamentais

Os documentos elencados de seguida, que constituem parte integrante deste relatório, serão apresentados em anexo. Não obstante, a descrição e justificação para os valores apurados nestes documentos, serão expostos no ponto seguinte.

- Balanço a 31 de dezembro de 2021;
- Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2021;
- Mapa de Execução Orçamental da Despesa 2021;
- Mapa de Execução Orçamental da Receita 2021;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.

Apreciação de Resultados e Avaliação Final

Comparando a evolução económico-financeira do ano de 2021 com o período homólogo, podemos concluir que os aspetos que mais influenciaram as contas, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Execução Orçamental e os resultados obtidos, foram os seguintes:

- Taxa de cativação elevada nas rubricas de aquisições de bens e serviços, que abalaram a capacidade orçamental para acomodar despesa, nomeadamente com a atividade formativa e impactando principalmente no início do ano, a capacidade para gerar receita;
- O INA dispôs de um orçamento líquido de cativos de 12.870.894€, tendo realizado despesa no valor de 5.752.369,07€. De realçar que o orçamento de receitas próprias, foi inicialmente aprovado com o valor de 4.563.366,00€, tendo, no entanto, sido objeto de cativação no montante de 1.753.089,00€, valor este que representa 38% do orçamento inicialmente aprovado, montante insuficiente para financiar toda a atividade do INA, bem como para a prossecução das suas demais atribuições;
- Quanto à execução orçamental, em 2021 a taxa de execução efetiva situou-se nos 67%, valor que é calculado através do rácio relaciona a despesa paga com a receita cobrada;
- Acréscimo da receita própria, proveniente das receitas geradas pelos cursos de formação, principal fonte de financiamento do INA;

- Acréscimo de 1.173.245,59€ do valor das vendas e prestações de serviços (conta 71 e 72), provenientes quase exclusivamente da prestação de serviços de formação profissional;
- Aumento de regularizações, consequência de amortizações e depreciações, que acompanharam o processo de transição para o novo referencial contabilístico, SNC-AP, iniciado em 2020;
- Diminuição do valor de Inventário (classe 3), em cerca de 55%, que corresponde a um valor absoluto de 57.939,80€, que se prende com a adoção do teletrabalho durante o ano de 2020 e no decorrer dos três primeiros trimestres de 2021, e que conduziu a uma diminuição dos consumos com material de economato e outros consumíveis;
- Aumento do valor dos Ativos (classe 4), em cerca de 32%, que corresponde a um valor em absoluto de 134.229,76€, que está relacionado com a aquisição de equipamentos informáticos, computadores portáteis e equipamento de rede, e com a aquisição de *softwares* de comunicação;
- O valor apurado na conta Caixa e Depósitos do Balanço, reflete as operações de tesouraria e é justificado na sua quase totalidade, pela transferência de 4.425.036,09€ por parte da EMRP ocorrida no final do ano, com a finalidade de permitir a execução da formação planeada pelo INA, conforme o estabelecido no contexto do PRR, logo no início do ano seguinte;
- Aumento do valor do Passivo não corrente, em consequência da constituição de uma provisão no valor de 2.060.513,07€, para reconhecimento contabilístico do eventual encargo relativo ao processo judicial no qual o INA é visado, ainda não transitado em julgado e conseqüentemente, sem emissão da liquidação das custas para finalização do processo;
- No Passivo corrente, regista-se um aumento que se prende com o valor de outras contas a pagar, para a qual contribui com maior expressão, a transferência feita pela EMRP no último dia do ano, relativa à verba do PRR, para a qual não existia um projeto criado em contabilidade orçamental e como tal, e até inscrição do projeto no ano seguinte, este valor permanece nesta conta.

Face ao exposto, no resultado líquido apurado, esbate-se o efeito do aumento das contas de vendas e prestação de serviços em, que quase quadruplicou em 2021 face ao ano anterior,

que decorrerem diretamente da atividade formativa do INA, por força de algumas operações de regularização previstas pela adoção do novo regime contabilístico, como são o caso das regularizações de inventário e das amortizações, e pela constituição da provisão.

Entidade: 4225 INA

Unidade Monetária: EUR

Exercício: 2021

Período: 14

Balanço

Rubricas	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		446.810,66	423.790,19
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		112.762,58	1.553,29
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		559.573,24	425.343,48
Ativo corrente			
Inventários		105.682,79	163.622,59
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transfer. e sub. não reembols.		0,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		448.433,31	0,00
Estado e outros entes públicos		6.621,91	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		3.021.915,74	3.102.780,80
Diferimentos		134.914,76	127.184,44
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos		5.145.174,01	356.245,04
		8.862.742,52	3.749.832,87
Total do Ativo		9.422.315,76	4.175.176,35
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		3.576.434,60	3.576.434,60
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-1.453.871,57	-862.688,46
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-806.121,91	-591.183,11
		1.316.441,12	2.122.563,03

Entidade: 4225 INA

Unidade Monetária: EUR

Exercício: 2021

Período: 14

Balanço

Rubricas	Notas	2021	2020
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		2.060.513,07	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		2.060.513,07	0,00
Passivo corrente			
Credores transfer. e sub. não reembolsáveis		0,00	0,00
Fornecedores		12.650,18	25.672,55
Adiant. de clientes, contribuintes utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		68.607,12	159.516,79
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		5.964.104,27	1.867.423,98
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		6.045.361,57	2.052.613,32
Total do Passivo		8.105.874,64	2.052.613,32
Total do Património Líquido e Passivo		9.422.315,76	4.175.176,35

Entidade: 4225 INA

Unidade Monetária: EUR

Exercício: 2021

Período: 14

Demonstração dos resultados por naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		0,00	0,00
Vendas		2.877,36	1.657,36
Prestações de serviços e concessões		1.487.039,74	315.014,15
Transferências e subsídios correntes obtidos		4.703.700,97	6.303.888,22
Rend/Gast. imput.ent.cont.,assoc. e emp.conj.		0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das merc. vend. e das matérias consum.		-365,12	-14,56
Fornecimentos e serviços externos		-995.116,84	-910.138,13
Gastos com pessoal		-3.492.349,03	-6.189.026,72
Transferências e subsídios concedidos		-64.127,20	-68.395,00
Prestações sociais		0,00	0,00
Imp.de invent.e ativos biol. (perdas/revers.)		0,00	0,00
Imparid. de dívidas a receber(perdas/revers.)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		-2.060.513,07	0,00
Imp. invest. não dep./amortiz(perdas/revers.)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		115.431,69	299.515,02
Outros gastos		-449.443,83	-313.454,93
Res. antes deprec. e gastos de financiamento		-752.865,33	-560.954,59
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-52.880,20	-30.179,01
Imparid. invest. dep./amortiz(perdas/revers.)		0,00	0,00
Result. operac(antes de gastos financiamento)		-805.745,53	-591.133,60
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-376,38	-49,51
Resultado antes de impostos		-806.121,91	-591.183,11
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-806.121,91	-591.183,11

Entidade: 4225 INA

Período: 14

Exercício: 2021

Demonstração de execução orçamental da despesa

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Cabimentos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (10) = (5)-(6)	Obrigações por pagar (11) = (6)-(9)	Grau de execução orçamental (12) = (9)/(2)x100
								Períodos anteriores (7)	Período corrente (8)	Total (9) = (8)+(7)			
Despesa corrente													
D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	0,00	2.290.894,00	0,00	1.803.759,55	1.803.759,55	1.803.759,55	0,00	1.803.759,55	1.803.759,55	0,00	0,00	78,74
D.01.01.08.00.00	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	0,00	105.000,00	0,00	18.880,38	18.880,38	18.880,38	0,00	18.880,38	18.880,38	0,00	0,00	17,98
D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0,00	931.145,00	0,00	847.901,32	847.901,32	847.901,32	0,00	847.901,32	847.901,32	0,00	0,00	91,06
D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	0,00	53.875,00	0,00	32.991,50	32.991,50	32.991,50	0,00	32.991,50	32.991,50	0,00	0,00	61,24
D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	0,00	1.400,00	0,00	1.399,56	1.399,56	1.399,56	0,00	1.399,56	1.399,56	0,00	0,00	99,97
D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	0,00	138.059,00	0,00	91.385,76	91.385,76	91.385,76	0,00	91.385,76	91.385,76	0,00	0,00	66,19
D.01.01.14.SF.00	SUBSIDIO FERIAS	0,00	363.228,00	0,00	320.473,35	320.473,35	320.473,35	0,00	320.473,35	320.473,35	0,00	0,00	88,23
D.01.01.14.SN.00	SUBSIDIO NATAL	0,00	246.093,00	0,00	139.077,91	139.077,91	139.077,91	0,00	139.077,91	139.077,91	0,00	0,00	56,51
D.01.01.15.00.00	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE	0,00	75.000,00	0,00	56.097,54	56.097,54	56.097,54	0,00	56.097,54	56.097,54	0,00	0,00	74,80
D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	10.800,00	0,00	108,05	108,05	108,05	0,00	108,05	108,05	0,00	0,00	1,00
D.01.02.04.00.00	AJUDAS DE CUSTO	0,00	25.000,00	0,00	87,85	87,85	87,85	0,00	87,85	87,85	0,00	0,00	0,35
D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	0,00	1.040,00	0,00	864,00	864,00	864,00	0,00	864,00	864,00	0,00	0,00	83,08
D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.01.02.12.A0.00	INDEMNIZAÇÃO POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	0,00	78.457,00	0,00	30.969,12	30.969,12	30.969,12	0,00	30.969,12	30.969,12	0,00	0,00	39,47
D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPECIE	0,00	4.500,00	0,00	420,23	420,23	420,23	0,00	420,23	420,23	0,00	0,00	9,34
D.01.03.01.00.00	ENCARGOS COM A SAÚDE	0,00	7.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.01.03.03.00.00	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	0,00	13.000,00	0,00	3.427,72	3.427,72	3.427,72	0,00	3.427,72	3.427,72	0,00	0,00	26,37
D.01.03.04.00.00	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	0,00	7.800,00	0,00	2.754,00	2.754,00	2.754,00	0,00	2.754,00	2.754,00	0,00	0,00	35,31
D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	0,00	970.460,00	0,00	684.334,75	684.334,75	684.334,75	0,00	684.334,75	684.334,75	0,00	0,00	70,52
D.01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	0,00	184.888,00	0,00	181.083,47	181.083,47	181.083,47	0,00	181.083,47	181.083,47	0,00	0,00	97,94
D.01.03.06.00.00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	0,00	1.000,00	0,00	937,08	937,08	937,08	0,00	937,08	937,08	0,00	0,00	93,71
D.01.03.10.P0.00	PARENTALIDADE	0,00	2.200,00	0,00	708,20	708,20	708,20	0,00	708,20	708,20	0,00	0,00	32,19
D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	6.000,00	2.603,00	400,00	400,00	311,41	0,00	245,26	245,26	88,59	66,15	4,09
D.02.01.04.A0.01	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	10.720,00	9.220,00	177,12	177,12	177,12	0,00	177,12	177,12	0,00	0,00	1,65
D.02.01.04.A0.09	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	9.323,00	9.323,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.06.00.00	ALIMENTAÇÃO-GENEROS P/ CONFECCIONAR	0,00	2.000,00	1.865,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.08.A0.00	PAPEL	0,00	6.000,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.08.C0.00	OUTROS	0,00	9.930,00	3.000,00	3.115,32	3.115,32	3.115,32	0,00	3.115,32	3.115,32	0,00	0,00	31,37
D.02.01.15.00.00	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	0,00	31.990,00	31.855,00	110,70	110,70	110,70	0,00	110,70	110,70	0,00	0,00	0,35
D.02.01.17.00.00	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0,00	1.000,00	932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.18.00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	0,00	7.577,00	6.627,00	935,08	935,08	935,08	0,00	935,08	935,08	0,00	0,00	12,34
D.02.01.18.A0.09	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO	0,00	92,00	0,00	91,69	91,69	91,69	0,00	91,69	91,69	0,00	0,00	99,66

Entidade: 4225 INA

Período:14

Exercício: 2021

Demonstração de execução orçamental da despesa

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Cabimentos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (10) = (5)-(6)	Obrigações por pagar (11) = (6)-(9)	Grau de execução orçamental (12) = (9)/(2)x100
								Períodos anteriores (7)	Período corrente (8)	Total (9) = (8)+(7)			
D.02.01.20.00.00	TECNICA MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	0,00	1.000,00	932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	0,00	3.988,00	3.878,00	107,16	107,16	107,16	0,00	107,16	107,16	0,00	0,00	2,89
D.02.02.01.A0.01	AGENCIA PARA A MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA, I.P.	0,00	2.475,00	2.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.01.A0.09	ENCARGOS DAS INSTALACOES	1.988,74	26.295,00	26.295,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.01.B0.01	ENCARGOS INSTALACOES ANOS ANTERIORES	0,00	96.325,00	0,00	27.661,48	27.661,48	26.142,94	0,00	25.135,28	25.135,28	1.518,54	1.007,66	26,09
D.02.02.01.B0.09	ENCARGOS INSTALACOES ANOS ANTERIORES	0,00	4.871,00	0,00	4.870,12	4.870,12	4.870,12	0,00	4.870,12	4.870,12	0,00	0,00	99,98
D.02.02.02.A0.01	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	98.080,00	3.782,00	23.416,09	23.416,09	23.416,09	0,00	22.178,18	22.178,18	0,00	1.237,91	22,61
D.02.02.02.A0.09	LIMPEZA E HIGIENE ANOS ANTERIORES	0,00	29.951,00	21.834,00	8.116,32	8.116,32	8.116,32	0,00	8.116,32	8.116,32	0,00	0,00	27,10
D.02.02.03.00.00	CONSERVACAO DE BENS	64,61	32.876,00	0,00	16.796,07	16.796,07	16.796,07	64,61	14.553,74	14.618,35	0,00	2.177,72	44,47
D.02.02.03.A0.09	CONSERVACAO DE BENS ANOS ANTERIORES	0,00	5.230,00	0,00	2.326,26	2.326,26	2.326,26	0,00	2.326,26	2.326,26	0,00	0,00	44,48
D.02.02.04.A0.00	PRINCIPIO DA ONEROSIDADE	0,00	289.199,00	0,00	191.352,00	191.352,00	191.352,00	0,00	191.352,00	191.352,00	0,00	0,00	66,17
D.02.02.04.A0.09	PRINCIPIO ONEROSIDADE ANO ANTERIOR	0,00	95.676,00	0,00	95.676,00	95.676,00	95.676,00	0,00	95.676,00	95.676,00	0,00	0,00	100,00
D.02.02.04.C0.00	OUTROS	11.291,38	257.222,00	1.491,00	253.593,58	253.593,58	253.593,58	11.291,38	242.302,20	253.593,58	0,00	0,00	98,59
D.02.02.06.00.00	LOCACAO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	0,00	6.899,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.08.00.00	LOCACAO DE OUTROS BENS	0,00	15.014,00	13.984,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.09.A0.00	ACESSOS A INTERNET	0,00	10.031,00	6.340,00	3.690,00	3.690,00	3.690,00	0,00	3.690,00	3.690,00	0,00	0,00	36,79
D.02.02.09.C0.00	COMUNICACOES FIXAS DE VOZ	0,00	4.343,00	3.515,00	813,23	813,23	75,86	0,00	41,77	41,77	537,37	34,09	0,96
D.02.02.09.D0.00	COMUNICACOES MOVEIS	0,00	10.921,00	4.988,00	2.441,93	2.441,93	2.157,16	0,00	1.956,12	1.956,12	284,77	201,04	17,91
D.02.02.09.D0.09	COMUNICACOES ANOS ANTERIORES	0,00	162,00	0,00	161,82	161,82	161,82	0,00	161,82	161,82	0,00	0,00	99,89
D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES	56,60	5.360,00	0,00	4.378,99	4.378,99	4.378,99	56,60	4.322,39	4.378,99	0,00	0,00	81,70
D.02.02.09.F0.09	OUTROS SERVICOS COMUNICACAO ANOS ANTERIORES	0,00	31,00	0,00	30,60	30,60	30,60	0,00	30,60	30,60	0,00	0,00	98,71
D.02.02.11.00.00	REPRESENTACAO DOS SERVICOS	0,00	1.184,00	932,00	167,68	167,68	167,68	0,00	167,68	167,68	0,00	0,00	14,16
D.02.02.12.B0.00	OUTRAS	0,00	1.932,00	1.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.13.00.00	DESLOCACOES E ESTADAS	0,00	110.020,00	2.105,00	324,40	324,40	324,40	0,00	324,40	324,40	0,00	0,00	0,29
D.02.02.13.A0.09	DESLOCACOES E ESTADAS - ANOS ANTERIORES	0,00	1.250,00	0,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	0,00	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00	100,00
D.02.02.14.A0.00	SERVICOS DE NATUREZA INFORMATICA	0,00	37.787,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.15.A0.00	TECNOLOGIAS DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	0,00	213.566,00	3.566,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.15.B0.00	OUTRAS	0,00	5.594,00	5.594,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.16.A0.01	SEMINARIOS, EXPOSITOES E SIMILARES	0,00	1.424.293,00	405.063,00	271.024,67	271.024,67	271.024,67	0,00	267.045,99	267.045,99	0,00	3.978,68	18,75
D.02.02.16.A0.09	SEMINARIOS, EXPOSITOES E SIMILARES ANOS ANTERIORES	1.863,45	341.904,00	325.976,00	11.416,05	11.416,05	11.416,05	1.863,45	9.552,60	11.416,05	0,00	0,00	3,34
D.02.02.17.00.00	PUBLICIDADE	0,00	1.053,00	0,00	312,07	312,07	312,07	0,00	312,07	312,07	0,00	0,00	29,64
D.02.02.17.A0.00	PUBLICIDADE ANOS ANTERIORES	0,00	6.400,00	4.100,00	2.150,65	2.150,65	1.418,14	0,00	1.166,60	1.166,60	732,51	251,54	18,23

Entidade: 4225 INA

Período: 14

Exercício: 2021

Demonstração de execução orçamental da despesa

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
								Períodos anteriores	Período corrente	Total			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (8)+(7)	(10) = (5)-(6)	(11) = (6)-(9)	(12) = (9)/(2)x100
D.02.02.18.A0.01	OBRIGATORIA	0,00	140.151,00	4.447,00	71.628,85	71.628,85	71.628,85	0,00	71.628,85	71.628,85	0,00	0,00	51,11
D.02.02.18.A0.09	VIGILANCIA E SEGURANCA	0,00	42.460,00	36.622,00	5.837,92	5.837,92	5.837,92	0,00	5.837,92	5.837,92	0,00	0,00	13,75
D.02.02.19.A0.09	IMPRESSORAS/FOTOCOPIA DORAS/SCANNER	0,00	25.863,00	21.073,00	4.789,62	4.789,62	4.789,62	0,00	4.789,62	4.789,62	0,00	0,00	18,52
D.02.02.19.A0.A0	IMPRESSORAS/FOTOCOPIA DORAS/SCANNER	0,00	53.141,00	5.717,00	33.018,12	33.018,12	33.018,12	0,00	33.018,12	33.018,12	0,00	0,00	62,13
D.02.02.19.A0.B0	OUTROS	419,45	23.728,00	11.596,00	1.060,96	1.060,96	1.060,96	419,45	641,51	1.060,96	0,00	0,00	4,47
D.02.02.19.A0.B9	OUTROS ANOS ANTERIORES	0,00	1.961,00	0,00	1.960,02	1.960,02	1.960,02	0,00	1.960,02	1.960,02	0,00	0,00	99,95
D.02.02.19.B0.01	SOFTWARE INFORMATICO	0,00	15.849,00	0,00	15.338,77	15.338,77	15.338,77	0,00	13.791,02	13.791,02	0,00	1.547,75	87,02
D.02.02.19.B0.09	SOFTWARE INFORMATICO	0,00	55.199,00	35.427,00	19.770,99	19.770,99	19.770,99	0,00	19.770,99	19.770,99	0,00	0,00	35,82
D.02.02.20.A0.C0	OUTROS	0,00	41.011,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.20.B0.00	PAGAMENTOS A ESPAF. I.P.	0,00	116.000,00	0,00	77.145,61	77.145,61	77.145,61	0,00	77.145,61	77.145,61	0,00	0,00	66,50
D.02.02.20.E0.00	OUTROS	0,00	411.560,00	350.841,00	56.863,35	56.863,35	56.863,35	0,00	56.863,35	56.863,35	0,00	0,00	13,82
D.02.02.25.A0.01	OUTROS SERVICOS	0,00	322.136,00	221.686,00	49.545,06	49.545,06	45.555,64	0,00	43.129,72	43.129,72	3.989,42	2.425,92	13,39
D.02.02.25.A0.09	OUTROS SERVICOS	0,00	56.500,00	47.013,00	8.836,32	8.836,32	8.836,32	0,00	8.836,32	8.836,32	0,00	0,00	15,64
D.03.06.01.00.00	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	0,00	201,00	0,00	150,68	150,68	150,68	0,00	150,68	150,68	0,00	0,00	74,97
D.04.08.02.B0.00	OUTRAS	0,00	82.962,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.04.09.01.00.00	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	0,00	1.395,00	0,00	1.395,00	1.395,00	1.395,00	0,00	1.395,00	1.395,00	0,00	0,00	100,00
D.04.09.03.00.00	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES I	0,00	160.414,00	0,00	62.732,20	62.732,20	62.732,20	0,00	62.732,20	62.732,20	0,00	0,00	39,11
D.06.02.01.00.00	IMPOSTOS E TAXAS	0,00	26.707,00	0,00	25.530,45	25.530,45	25.530,45	0,00	25.530,45	25.530,45	0,00	0,00	95,59
D.06.02.03.R0.00	RESERVA	0,00	110.960,00	110.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de capital													
D.07.01.03.B0.A0	AQUISICAO	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.07.01.07.A0.A0	HARDWARE DE COMUNICACOES	0,00	46.950,00	0,00	15.903,73	15.903,73	15.903,73	0,00	15.903,73	15.903,73	0,00	0,00	33,87
D.07.01.07.B0.A0	HARDWARE DE COMUNICACOES	0,00	26.298,00	0,00	24.448,73	24.448,73	24.448,73	0,00	24.448,73	24.448,73	0,00	0,00	92,97
D.07.01.07.B0.B0	IMPRESSORAS/FOTOCOPIA DORAS/SCANNER	0,00	293.804,00	0,00	13.370,45	13.370,45	13.370,45	0,00	13.370,45	13.370,45	0,00	0,00	4,55
D.07.01.08.A0.A0	SOFTWARE DE COMUNICACOES	0,00	8.542,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.07.01.08.B0.A0	SOFTWARE DE COMUNICACOES	0,00	133.179,00	0,00	130.801,53	130.801,53	130.801,53	0,00	130.801,53	130.801,53	0,00	0,00	98,21
D.07.01.09.B0.A0	HARDWARE DE COMUNICACOES	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.07.01.09.B0.B0	OUTROS	0,00	281.730,00	0,00	1.826,55	1.826,55	1.826,55	0,00	1.826,55	1.826,55	0,00	0,00	0,65
D.07.01.10.A0.A0	HARDWARE DE COMUNICACOES	0,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.07.01.10.A0.B0	OUTROS	0,00	6.130,00	0,00	6.125,40	6.125,40	6.125,40	0,00	6.125,40	6.125,40	0,00	0,00	99,92
D.07.01.13.00.00	INVESTIMENTOS INCORPOREOS	0,00	46,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		15.684,23	11.337.578,00	1.753.089,00	5.772.448,73	5.772.448,73	5.765.297,53	13.695,49	5.738.673,58	5.752.369,07	7.151,20	12.928,46	50,74

Entidade: 4225 INA

Período:14

Exercício: 2021

Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Unidade Monetária: EUR	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10) = (5) - (7)	Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental (12) = (10) / (1) x100
Receita corrente													
R.06.03.07.01.78	REC PROPRIAS - ADMINIST CENTRAL-SFAS	141.913,00	0,00	8.136,45	0,00	8.136,45	0,00	0,00	0,00	8.136,45	8.136,45	0,00	5,73
R.06.09.01.01.78	REC PROPRIAS - FEDER-INTERVENC E ACOES ESPECIFICAS	46.329,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.06.09.01.03.78	REC PROPRIAS - FUNDO SOC EUROPEU	11.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.07.01.99.99.78	REC PROPRIAS - VENDA BENS-OUTROS	163.850,00	0,00	3.048,89	0,00	3.030,02	0,00	0,00	0,00	3.030,02	3.030,02	18,87	1,85
R.07.02.02.99.78	REC PROPRIAS - OUTR-ESTUDOS PARECERES PROJ E CONSU	975.516,00	0,00	150.532,45	20,00	150.508,20	0,00	0,00	0,00	150.508,20	150.508,20	4,25	15,43
R.07.02.99.01.78	REC PROPRIAS - FORMACAO-OUTROS SERV	3.299.000,00	0,00	1.355.756,25	0,00	907.346,06	0,00	0,00	0,00	907.346,06	907.346,06	448.410,19	27,50
R.99.99.98.01.00	ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO - CORRENTES	6.688.219,00	0,00	4.667.397,69	0,00	4.667.397,69	0,00	0,00	0,00	4.667.397,69	4.667.397,69	0,00	69,79
Receita de capital													
R.16.01.05.01.78	NA POSSE TESOURO - REC. PROPRIAS	2.672.417,00	0,00	2.672.456,66	0,00	2.672.456,66	0,00	0,00	0,00	2.672.456,66	2.672.456,66	0,00	100,00
R.16.01.05.02.78	NA POSSE DO TESOURO - REC. PROPRIAS - FUNDOS	0,00	0,00	153.993,67	0,00	153.993,67	0,00	0,00	0,00	153.993,67	153.993,67	0,00	0,00
R.99.99.98.02.00	ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO - CAPITAL	11.550,00	0,00	28.166,83	0,00	28.166,83	0,00	0,00	0,00	28.166,83	28.166,83	0,00	243,87
Total		14.009.995,00	0,00	9.039.488,89	20,00	8.591.035,58	0,00	0,00	0,00	8.591.035,58	8.591.035,58	448.433,31	61,32

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS

Conta de gerência referente ao exercício de 2021

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS

O Decreto-Lei n.º 19/2021, de 15 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 16/2021 de 12 de maio, veio definir a missão, atribuições e tipo de organização interna do INA — Instituto Nacional de Administração, I. P., abreviadamente designado por INA, enquanto instituto público de regime especial, tendo sido extinta a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, enquanto serviço central da administração direta do Estado. Este novo organismo, instituto público, integrado na administração indireta do Estado, com personalidade jurídica própria, é dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Por esta via, foi reforçado o papel do INA enquanto organismo de criação, transmissão e difusão do conhecimento, no domínio da Administração Pública, contribuindo, através de formação, educação e desenvolvimento científico, para a inovação e modernização da Administração Pública e para a qualificação, capacitação e valorização dos recursos humanos da mesma.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. Identificação da entidade

Designação: INA — Instituto Nacional de Administração, I. P.

Sede: Alameda Hermano Patrone – Edifício Catavento,

Tutela: Ministério da Modernização do Estado e da Administração pública

Regime Financeiro: Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial

Código de Classificação Orgânica: 09 0 02 02 00

1.1.1. Estrutura Organizacional

Considerando que a Portaria n.º 100 -B/2021 de 11 de maio, publicada no *Diário da República* n.º 91, 1.ª série de 11 de maio, fixa a estrutura nuclear do Instituto Nacional de Administração, I. P. e as suas competências, tendo estabelecido as seguintes quatro unidades orgânicas intermédias de 1.º grau:

a) Direção de Serviços de Formação e Qualificação, na qual está integrada a Secretaria Académica com são criadas as seguintes unidades orgânicas flexíveis:

i) Departamento de Gestão da Formação e Secretaria Académica (DGFSa);

ii) Departamento de Planeamento, Qualificação e Avaliação da Formação (DPQAF).

b) Direção de Serviços de Desenvolvimento de Modelos Organizacionais e Promoção da Inovação;

c) Direção de Serviços de Cooperação, Conhecimento e Comunicação com são criadas as seguintes unidades orgânicas flexíveis:

i) Departamento de Comunicação e Relações-Públicas (DCRP);

ii) Departamento de Promoção do Conhecimento na Administração Pública (Centro de Conhecimento AP).

d) Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, com são criadas as seguintes unidades orgânicas flexíveis:

i) Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP);

ii) Departamento de Gestão dos Sistemas e Tecnologias de Informação (DGSTI).

1.1.2. Descrição sumária das Atividades

A descrição e avaliação das atividades desenvolvidas encontram-se explanadas no Relatório de Gestão.

1.2. Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras

1.2.1. Organização Contabilística

Os registos contabilísticos são todos efetuados informaticamente na aplicação GeRFIP – Gestão Financeira, sistema gerido pela empresa ESPAP, Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP, numa lógica de adoção de Serviços Partilhados e no respeito dos requisitos legais do SNC-AP.

1.2.2. Referencial Contabilístico

Em 2021, as demonstrações financeiras do INA foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, que integra as Normas de Contabilidade Pública (NCP), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS).

1.2.3. Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, segundo informação reportada pela ESPAP, quaisquer casos excecionais que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa as demonstrações financeiras.

1.2.4. Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários apresenta-se conforme o seguinte:

Conta	Designação da conta	31/12/2020	31/12/2021
1302000011	Tes-Fun.Própr-FP01-R	194 781,15 €	630 204,69 €
1302000021	Tes-Fun.Própr-FP02-R	120,00 €	120,00 €
1302000041	Tes-Fun.Própr-FP04-R	159 498,89 €	87 968,23 €
1302000061	Tes-Fun.Própr-FP06-R	1 845,00 €	1 845,00 €
1305000021	Tes-Fun.Comun-FC02-R	- €	4 425 036,09 €
Total		356 245,04 €	5 145 174,01 €

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram extraídas da aplicação GeRFIP cuja preparação e elaboração respeita o pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos desta Direção-Geral, mantidos de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NPC) relevantes para a entidade, e são expressas monetariamente em euros.

2.1.1. Apresentação apropriada e conformidade com as NPC

As demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa desta Direção-Geral, representando de forma fiel os efeitos das transações e outros acontecimentos de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NPC, interpretadas e aplicadas pela ESPAP.

2.1.2. Materialidade e agregação

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. As demonstrações financeiras resultam do processamento de transações ou outros acontecimentos, agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação resulta na apresentação dos

dados condensados e classificados que compõem as linhas de itens do balanço, da demonstração de resultados e de fluxos de caixa.

2.1.3. Compensação

Os ativos e passivos, rendimentos e gastos, são mensurados separadamente e não devem ser compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma norma contabilística.

2.1.4. Pressuposto da continuidade

O INA I.P. procedeu à avaliação da sua capacidade para continuar a operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o INA concluiu que dispõe de recursos adequados para manter a sua atividade na transmissão e difusão do conhecimento no domínio da Administração Pública, contribuindo, através da formação, ensino, investigação científica e da assessoria técnica, para a inovação e modernização da Administração Pública e para a qualificação, capacitação e valorização dos recursos humanos da mesma. Não havendo a intenção de cessar as atividades no curto prazo, foi considerado adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.1.5. Regime de acréscimo

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o regime de acréscimo segundo o qual os rendimentos e gastos são reconhecidos no período em que foram obtidos ou incorridos, independentemente do momento do pagamento ou recebimento

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras são:

2.2.1. Ativos Fixos Tangíveis (AFT)

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se for provável que fluirão para o INA benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associado ao bem e se o custo ou justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Um AFT que satisfaça as condições de reconhecimento como ativo deve ser inicialmente mensurado pelo seu custo de aquisição ou produção o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos relacionados com a colocação do bem em funcionamento. Este também pode ser adquirido através de uma transação sem contraprestação e, neste caso, a mensuração é efetuada pelo valor patrimonial tributário no caso dos imóveis ou pelo custo do bem recebido ou respetivo valor de mercado na falta deste, para outros ativos.

Após o reconhecimento como ativo, um AFT deve ser registado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, devendo aplicar-se essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis.

A quantia amortizável de um AFT é imputada numa base sistémica durante a sua vida útil e as depreciações calculadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as suas vidas úteis de referência previstas no classificador 2 – Cadastro e vida útil dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, divulgado pela Comissão de Normalização Contabilística.

Para os bens adquiridos a partir de 2018, as taxas de depreciação utilizadas, correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe dos Bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

Para os bens adquiridos em períodos anteriores ao ano 2018 a taxa de depreciação é efetuada de acordo com o CIBE, conforme está definido na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

2.2.2. Inventários

Os inventários devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido em que, o custo dos inventários deve incluir todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para a sua colocação no local.

2.2.3. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o INA tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.2.4. Rendimentos

O reconhecimento e mensuração do rendimento de transações é efetuado tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação:

- Impostos, contribuições e taxas: são reconhecidos pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.
- Vendas e prestações de serviços: são reconhecidos pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se neste caso ao regime de acréscimo.
- Transferências e subsídios correntes obtidos: entende-se por transferência corrente os recursos financeiros auferidos sem qualquer contraprestação, destinados à cobertura de gastos correntes, nos termos da NCP 14. Esta rubrica regista as transferências e subsídios destinados a gastos correntes, havendo no mesmo período económico uma correspondência entre o rendimento proveniente desta transferência ou subsídios e os gastos elegíveis.
- Subsídios e transferência para investimentos: as transferência/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistémica e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos depreciáveis, serão mantidos no património líquido, exceto se este valor for necessário para compensar a perda por imparidade.

2.2.5. Acontecimentos após a data de relato

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras e, se materiais, são divulgadas nas notas.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

É aplicado classificador 2 – Cadastro e vida útil dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, divulgado pela Comissão de Normalização Contabilística, existindo, à data do relato, fichas de cadastro atualizadas onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização e respetiva quantia escriturada líquida.

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2021, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e/ou perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	14 105,61 €	12 552,32 €	- €	1 553,29 €	205 029,97 €	92 267,39 €	- €	112 762,58 €
Programas de computador e sistemas de informação	369,00 €	369,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	14 474,61 €	12 921,32 €	- €	- €	205 029,97 €	92 267,39 €	- €	112 762,58 €

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações do Período								Quantia Escriturada Final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+ (6)+(7)+(8)+
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	1 553,29 €	- €	- 14 105,61 €	- €	- €	- €	12 552,32 €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação		133 621,66 €	71 039,31 €				- 91 898,39 €			112 762,58 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 553,29 €	133 621,66 €	56 933,70 €	- €	- €	- €	- 79 346,07 €	- €	- €	112 762,58 €

4. ACORDOS DE CONCESSÃO: CONCEDENTES

No período findo a 31 de dezembro de 2021, o INA não deteve quaisquer acordos de concessão.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	255,71 €	- €	- €	255,71 €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	255,71 €	- €	- €	255,71 €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	712 201,68 €	646 042,53 €	- €	66 159,15 €	739 822,95 €	333 711,36 €	- €	406 111,59 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	257 557,57 €	231 402,46 €	- €	26 155,11 €	516 524,77 €	494 157,49 €	- €	22 367,28 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	338 493,04 €	7 272,82 €	- €	331 220,22 €	48 714,88 €	30 383,09 €	- €	18 331,79 €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	1 308 252,29 €	884 717,81 €	- €	423 534,48 €	1 305 062,60 €	858 251,94 €	- €	446 810,66 €
Total	1 308 508,00 €	884 717,81 €	- €	423 790,19 €	1 305 062,60 €	858 251,94 €	- €	446 810,66 €

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações do Período								Quantia Escriturada Final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(9)+(10)
Bens de domínio público, património										
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	255,71 €	91,69 €	- 347,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	255,71 €	91,69 €	- 347,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	66 159,15 €	47 271,21 €	- 19 649,94 €	- €	- €	- €	312 331,17 €	- €	- €	406 111,59 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	26 155,11 €	- €	258 967,20 €	- €	- €	- €	- 262 755,03 €	- €	- €	22 367,28 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	331 220,22 €	6 125,40 €	- 295 903,56 €	- €	- €	- €	- 23 110,27 €	- €	- €	18 331,79 €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	423 534,48 €	53 396,61 €	- 56 586,30 €	- €	- €	- €	26 465,87 €	- €	- €	446 810,66 €
Total	423 790,19 €	53 488,30 €	- 56 933,70 €	- €	- €	- €	26 465,87 €	- €	- €	446 810,66 €

6. LOCAÇÕES

A locação, é um acordo pelo qual o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo durante um período acordado, em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos. No período findo a 31 de dezembro de 2021 o INA não deteve quaisquer contratos de locação.

7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O INA não tem contratualizado qualquer operação de financiamento e, conseqüentemente o reconhecimento de custos com empréstimos bancários.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são imóveis, terrenos ou edifícios, ou partes de ambos, detidos por uma entidade pública para obtenção de rendimento e/ou valorização de capital. No período findo a 31 de dezembro de 2021 o INA não detém propriedades de investimento.

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram detetados acontecimentos e circunstâncias que conduzissem ao reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade de ativos.

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica inventários tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	Quantia escriturada final		
	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia Recuperável
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)
Mercadorias	105 682,79 €	- €	105 682,79 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	- €	- €	- €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €
Total	105 682,79 €	- €	105 682,79 €

Os movimentos ocorridos no período constam no quadro seguinte:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos/Gastos	Quantia escriturada final			Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
				Variações	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (1)+(2) - (3) -/+ (4) - (5) + (6) - (7) + (8)
Mercadorias	163 622,59 €	- €	- €	- €	- €	- €	57 574,68 €	- €	106 047,91 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	163 622,59 €	- €	- €	- €	- €	- €	57 574,68 €	- €	106 047,91 €

11. AGRICULTURA

Não aplicável

12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos de transações com contraprestação decorrentes da normal atividade do INA, são reconhecidos pelo seu justo valor, entendendo-se como tal, que o mesmo é livremente fixado entre as partes contratantes numa base negocial e de independência. Estes rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, em conformidade com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Rendimento com contraprestação	2021	2020
Venda de bens		
Livros	2 877,36 €	1 657,36 €
Prest Serv e Conc-Outros Serviços		
Ações de formação	1 487 039,74 €	315 014,15 €
Total	1 489 917,10 €	316 671,51 €

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os rendimentos 4.703.700,97€ e 6.304.197,62€ respetivamente, são provenientes das seguintes transações e acontecimentos sem contraprestação:

Transações sem contraprestação	2021	2020
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 703 700,97 €	6 303 888,22 €
Imputação de subsídios e transferências para investimento	- €	309,40 €
Total	4 703 700,97 €	6 304 197,62 €

14.1. Transferências e subsídios correntes obtidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Transferências e subsídios correntes obtidos evidenciava a seguinte decomposição:

Transferências e subsídios correntes obtidos	2021	2020
Transferências - Orçamento Estado	4 695 564,52 €	6 296 858,84 €
Transferências e Subsídios EU - Instituições	8 136,45 €	7 029,38 €
Outras transferências correntes obtidas	- €	- €
Total	4 703 700,97 €	6 303 888,22 €

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Uma provisão deve ser reconhecida quando, cumulativamente:

- Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa da obrigação.

Provisões	Quantia Escriturada Inicial	Reforços	Reversões	Quantia Escriturada Final
Impostos, contribuições e taxas	- €	- €	- €	- €
Garantias a clientes	- €	- €	- €	- €
Processos judiciais em curso	- €	2 060 513,07 €	- €	2 060 513,07 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €	- €	- €	- €
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €
Reestruturação e reorganização	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	- €	- €	- €	- €
Total	- €	2 060 513,07 €	- €	2 060 513,07 €

As provisões para processos judiciais em curso são calculadas tendo por base o risco expectável para o desfecho dos processos e a melhor estimativa disponível relativa ao risco expectável.

Em 2021, encontram-se constituídas as seguintes provisões provenientes de processos judiciais em curso:

Processo	Tribunal	Motivo	Valor da Provisão
Procº 2455/09,9 BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé	Anulação de 5 despachos praticados pela Comissão Diretiva do POPH em 2018	2 060 513,07 €

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

No período findo em 31 de dezembro de 2021, o INA não registou operações em moeda estrangeira.

17. OPERAÇÕES APÓS A DATA DO RELATO

As demonstrações financeiras foram disponibilizadas pela eSPAP e autorizadas para emissão 06/04/2022 pelo Conselho Diretivo em funções.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço e que demonstram evidência de condições que já existiam à data deste, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações. Caso contrário eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem refletidos das demonstrações financeiras.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A NCP 18 prevê que a mensuração inicial dos ativos ou dos passivos financeiros, aquando do seu reconhecimento, deve ser feita pelo seu justo valor. Quando a mensuração subsequente dos ativos e passivos financeiros não possa ser feita pelo justo valor, a NCP 18 dispõe que os custos de transação ou os custos de emissão, consoante se trate, respetivamente, de ativos ou passivos financeiros, sejam acrescidos ao custo de aquisição.

18.1. Estado e Outros Entes Públicos

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenção Imp s/Rend-Trab Dependente	- €	36 357,84 €	- €	103 182,88 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6 621,91 €	- €	- €	17,90 €
Cont. Sistemas Proteção Social-Parte Trabalhador	- €	9 531,62 €	- €	- €
Cont. Sistemas Proteção Social-Parte Patronal	- €	20 697,72 €	- €	51 287,75 €
Cont. Subsistemas Saúde-Parte Patronal	- €	2 019,94 €	- €	5 028,26 €
Total	6 621,91 €	68 607,12 €	- €	159 516,79 €

Encontra-se por receber o valor de 6.621,91€ referente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado, transitando este valor para o ano 2022 como IVA a Recuperar. O montante inscrito em Retenção do Imposto sobre o Rendimento e Contribuições no passivo no valor de 68.607,12€, respeitam às retenções nas remunerações ao pessoal pagas em dezembro de 2021, cuja entrega foi efetuada em janeiro de 2022.

18.2. Contas a receber

As contas a receber encontram-se registada pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

	Saldo Inicial	Imparidades	Saldo Final
Client/Cont/Ute -Clientes C/C-Realí até 12 meses	448 433,31 €	- €	448 433,31 €
Clientes, contribuintes e utentes	448 433,31 €	- €	448 433,31 €

Em 31 de Dezembro de 2021 existiam dívidas de clientes no montante de 448.433,31€.

18.3. Outros Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante registado na rubrica de Outras contas a receber é composto por:

Outras contas a receber	2021	2020
Outros Devedores - Controlo Duplo Cabimento	2 838 666,51 €	2 826 450,33 €
Outros Devedores e Credores - Outros Devedores	183 249,23 €	276 330,47 €
Total	3 021 915,74 €	3 102 780,80 €

18.4. Contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal. O seu desreconhecimento ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, nomeadamente quando houver lugar ao seu pagamento. As dívidas a fornecedores Conta-corrente à data de 31.12.2021 ascendem a 12.650,18 €.

18.5. Outras Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante registado na rubrica de Outras contas a pagar é composto por:

Outras contas a pagar	2021	2020
Credores por Acrésc Gastos-Rem. A Liquidar	863 310,92 €	1 587 553,80 €
Credores Acrésc Gastos-Out Acréscimos Gastos	24 226,46 €	83 124,03 €
Out Credores - Outros	5 076 566,89 €	196 746,15 €
Total	5 964 104,27 €	1 867 423,98 €

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pela então Conselho Diretivo do INA. Todo o pessoal ao serviço do INA foi remunerado de acordo com as suas funções durante o ano 2021. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação aplicável em matéria laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por coincidir obrigatoriamente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelos que os gastos

correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

20. DIVULGAÇÕES DAS PARTES RELACIONADAS

Não aplicável

21. RELATO POR SEGMENTOS

Não aplicável

22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Não aplicável

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1. Gastos com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante registado na rubrica de Gastos com Pessoal é composto por:

Gastos com Pessoal	2021	2020
Remuneração Orgãos Sociais	34 914,19 €	85 417,49 €
Remunerações do Pessoal	2 677 122,30 €	4 693 415,20 €
Benefício Pós-Emprego	18 880,38 €	68 836,72 €
Encargos Remunerações-Sistemas Proteção Social	726 341,42 €	1 281 961,47 €
Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	937,08 €	2 385,59 €
Outros Gastos com Pessoal	26 383,25 €	42 932,80 €
Outros Encargos Sociais	7 770,41 €	14 077,45 €
Total	3 492 349,03 €	6 189 026,72 €

24. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

24.1. Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubrica	RP - Receitas Próprias	RI - Receitas Impostos	EU - Financiamento União Europeia	EMPR - Contratação Empréstimos	Fundos Alheios	Total	Ano N-1
Recebimentos							
Operações orçamentais [1]	2 672 456,66 €	- €	153 993,67 €	- €	- €	2 826 450,33 €	3 663 716,94 €
Operações de tesouraria [A]	- 2 672 456,66 €	- €	153 993,67 €	- €	356 245,04 €	- 2 470 205,29 €	- 3 243 816,24 €
R5 Transferências e subsídios correntes	- €	4 675 534,14 €	- €	- €	- €	4 675 534,14 €	6 303 888,22 €
R5.1 Transferências correntes	- €	4 675 534,14 €	- €	- €	- €	4 675 534,14 €	6 303 888,22 €
R5.1.1 Administrações Públicas	- €	4 675 534,14 €	- €	- €	- €	4 675 534,14 €	6 296 858,84 €
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	- €	4 667 397,69 €	- €	- €	- €	4 667 397,69 €	6 296 858,84 €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	8 136,45 €	- €	- €	- €	8 136,45 €	- €
R6 Venda de bens e serviços	1 060 884,28 €	- €	- €	- €	- €	1 060 884,28 €	323 397,34 €
R9 Transferências e subsídios de capital	- €	28 166,83 €	- €	- €	- €	28 166,83 €	- €
Pagamentos							
D1 Despesas com o pessoal	- €	4 217 661,34 €	- €	- €	- €	4 217 661,34 €	6 297 394,84 €
D1.1 Remunerações certas e permanentes	- €	3 311 966,87 €	- €	- €	- €	3 311 966,87 €	4 923 758,22 €
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	- €	32 449,25 €	- €	- €	- €	32 449,25 €	56 104,75 €
D1.3 Segurança Social	- €	873 245,22 €	- €	- €	- €	873 245,22 €	1 317 531,87 €
D2 Aquisição de bens e serviços	864 013,96 €	388 409,05 €	- €	- €	- €	1 252 423,01 €	1 034 058,29 €
D3 Juros e outros encargos	150,68 €	- €	- €	- €	- €	150,68 €	- €
D4 Transferências e subsídios correntes	1 395,00 €	62 732,20 €	- €	- €	- €	64 127,20 €	68 395,00 €
D4.1 Transferências correntes	1 395,00 €	62 732,20 €	- €	- €	- €	64 127,20 €	68 395,00 €
D4.1.4 Outras	1 395,00 €	62 732,20 €	- €	- €	- €	64 127,20 €	68 395,00 €
D5 Outras despesas correntes	25 530,45 €	- €	- €	- €	- €	25 530,45 €	12 588,94 €
D6 Aquisição de bens de capital	164 309,56 €	28 166,83 €	- €	- €	- €	192 476,39 €	52 115,10 €
Saldo para a Gerência Seguinte	1 404,90 €	- 1 404,90 €	- €	- €	5 145 174,01 €	5 145 174,01 €	356 245,04 €
Despesa Corrente	891 090,09 €	4 668 802,59 €	- €	- €	- €	5 559 892,68 €	7 412 437,07 €
Despesa de Capital	164 309,56 €	28 166,83 €	- €	- €	- €	192 476,39 €	52 115,10 €
Despesa Efetiva [5]	1 055 399,65 €	4 696 969,42 €	- €	- €	- €	5 752 369,07 €	7 464 552,17 €
Despesa não Efetiva [6]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Soma [7] = [5] + [6]	1 055 399,65 €	4 696 969,42 €	- €	- €	- €	5 752 369,07 €	7 464 552,17 €
Operações Orçamentais [8] = [4] - [7]	2 677 941,29 €	6 731,55 €	153 993,67 €	- €	- €	2 838 666,51 €	2 826 450,33 €
Operações Tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	- 2 676 536,39 €	- 8 136,45 €	- 153 993,67 €	- €	5 145 174,01 €	2 306 507,50 €	- 2 470 205,29 €
Saldo Global [2] - [5]	5 484,63 €	6 731,55 €	- €	- €	- €	12 216,18 €	- 837 266,61 €
Despesa Primária	1 055 248,97 €	4 696 969,42 €	- €	- €	- €	5 752 218,39 €	7 464 552,17 €
Saldo Corrente	169 794,19 €	6 731,55 €	- €	- €	- €	176 525,74 €	- 785 151,51 €
Saldo Capital	- 164 309,56 €	- €	- €	- €	- €	- 164 309,56 €	- 52 115,10 €
Saldo Primário	5 635,31 €	6 731,55 €	- €	- €	- €	12 366,86 €	- 837 266,61 €
Despesa Total [5] + [6]	1 055 399,65 €	4 696 969,42 €	- €	- €	- €	5 752 369,07 €	7 464 552,17 €
Saldo de Gerência anterior	- €	- €	- €	- €	356 245,04 €	356 245,04 €	419 900,70 €
Receita Corrente	1 060 884,28 €	4 675 534,14 €	- €	- €	- €	5 736 418,42 €	6 627 285,56 €
Receita de Capital	- €	28 166,83 €	- €	- €	- €	28 166,83 €	- €
Receita Efetiva [2]	1 060 884,28 €	4 703 700,97 €	- €	- €	- €	5 764 585,25 €	6 627 285,56 €
Receita não Efetiva [3]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Soma [4] = [1] + [2] + [3]	3 733 340,94 €	4 703 700,97 €	153 993,67 €	- €	- €	8 591 035,58 €	10 291 002,50 €
Receita Total [1] + [2] + [3]	3 733 340,94 €	4 703 700,97 €	153 993,67 €	- €	- €	8 591 035,58 €	10 291 002,50 €

24.2. Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Rúbricas	Descrição	Previsões Corrigidas	Receita por cobrar períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas liquidas			Receita por cobrar no final do período
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	
	Receita Corrente											
R5	Transferências e subsídios correntes											
R5.1	Transferências correntes	6 887 662,00 €	- €	4 675 534,14 €	- €	4 675 534,14 €	- €	- €	- €	4 675 534,14 €	4 675 534,14 €	- €
R5.1.1	Administrações Públicas	6 830 132,00 €	- €	4 675 534,14 €	- €	4 675 534,14 €	- €	- €	- €	4 675 534,14 €	4 675 534,14 €	- €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	6 688 219,00 €	- €	4 667 397,69 €	- €	4 667 397,69 €	- €	- €	- €	4 667 397,69 €	4 667 397,69 €	- €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	141 913,00 €	- €	8 136,45 €	- €	8 136,45 €	- €	- €	- €	8 136,45 €	8 136,45 €	- €
R5.1.2	Exterior - UE	57 530,00 €										
R5.1.3	Outros											- €
R6	Venda de bens e serviços	4 438 366,00 €	- €	1 509 337,59 €	20,00 €	1 060 884,28 €	- €	- €	- €	1 060 884,28 €	1 060 884,28 €	448 433,31 €
	Receita Capital											
R9	Transferências e subsídios de capital	11 550,00 €	- €	28 166,83 €	- €	28 166,83 €	- €	- €	- €	28 166,83 €	28 166,83 €	- €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	11 550,00 €	- €	28 166,83 €	- €	28 166,83 €	- €	- €	- €	28 166,83 €	28 166,83 €	- €
	Operações orçamentais [1]	2 672 417,00 €		2 826 450,33 €		2 826 450,33 €				2 826 450,33 €	2 826 450,33 €	
	Total	14 009 995,00 €	- €	9 039 488,89 €	20,00 €	8 591 035,58 €	- €	- €	- €	8 591 035,58 €	8 591 035,58 €	448 433,31 €

24.3. Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Rúbrica	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
								Períodos anteriores	Período corrente	Total		
	Despesas correntes											
D1	Despesas com pessoal	- €	5 513 137,00 €	- €	- €	4 217 661,34 €	4 217 661,34 €	- €	4 217 661,34 €	4 217 661,34 €	- €	- €
D1.1	Remunerações certas e permanentes	- €	4 204 692,00 €	- €	- €	3 311 966,87 €	3 311 966,87 €	- €	3 311 966,87 €	3 311 966,87 €	- €	- €
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	- €	121 297,00 €	- €	- €	32 449,25 €	32 449,25 €	- €	32 449,25 €	32 449,25 €		
D1.3	Segurança Social	- €	1 187 148,00 €	- €	- €	873 245,22 €	873 245,22 €	- €	873 245,22 €	873 245,22 €		
D2	Aquisição de bens e serviços	15 684,23 €	4 531 123,00 €	3 529 149,00 €	1 887 020,00 €	1 272 502,67 €	1 265 351,47 €	13 695,49 €	1 238 727,52 €	1 252 423,01 €	7 151,20 €	12 928,46 €
D3	Juros e outros encargos	- €	201,00 €	- €	- €	150,68 €	150,68 €		150,68 €	150,68 €		
D4	Transferências e subsídios correntes	- €	244 771,00 €	- €	- €	64 127,20 €	64 127,20 €	- €	64 127,20 €	64 127,20 €	- €	- €
D4.1	Outras Transferências correntes	- €	244 771,00 €	- €	- €	64 127,20 €	64 127,20 €		64 127,20 €	64 127,20 €		
D5	Outras despesas correntes	- €	137 667,00 €	110 960,00 €	- €	25 530,45 €	25 530,45 €		25 530,45 €	25 530,45 €		
	Despesas de Capital	- €										
D6	Aquisição de bens de capital	- €	910 679,00 €	- €	- €	192 476,39 €	192 476,39 €		192 476,39 €	192 476,39 €		
	Total	15 684,23 €	11 337 578,00 €	3 640 109,00 €	1 887 020,00 €	5 772 448,73 €	5 765 297,53 €	13 695,49 €	5 738 673,58 €	5 752 369,07 €	7 151,20 €	12 928,46 €

